

Revista de Informação Legislativa

Brasília • ano 39 • nº 154

abril/junho – 2002

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Uma digressão sobre a evolução do pensamento econômico: os limites do crescimento

André Eduardo da Silva Fernandes

Sumário

1. Introdução. 2. Crescimento, mercado monetário e mercado real: evolução do pensamento econômico. 3. Conclusão.

1. Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar os mecanismos de transição conceitual efetuada, do ponto de vista da teoria econômica, das concepções clássicas para as concepções keynesianas, assim como os seus reflexos na prática das políticas econômicas, mais especificamente nas restrições ao crescimento.

O conceito-chave a ser desenvolvido é o de fuga às restrições, ou seja, de como se dará o processo de crescimento em uma economia capitalista, quando se pretende escapar dos limites que o conflito distributivo poderia impor a essa trajetória.

O estudo a ser apresentado neste trabalho apreende como restrições efetivas à continuação do processo de acumulação do capital aquelas que são percebidas pelos empresários como passíveis de comprometer a manutenção da taxa de lucro. Portanto, as restrições podem tornar-se efetivas no âmbito das relações do capital com os trabalhadores no mercado de trabalho (mercado real), ou na me-

André Eduardo da Silva Fernandes, Mestre em Economia pela Universidade de Brasília, é Consultor Legislativo do Senado Federal.

dida em que não se consegue estabelecer uma gestão da moeda flexível capaz de propiciar o livre fluxo das mercadorias com a sua realização à taxa de lucro vigente (mercado monetário). Quando tais restrições se tornam efetivas, quebra-se a naturalidade da acumulação de capital (como um processo semi-automático) e se revela o caráter social do processo econômico. Nesse momento, surge a crise econômica caracterizada atualmente por inflação, descoordenação do sistema produtivo, bem como perda da simetria da estrutura de produção (atrofia de alguns setores *versus* hipertrofia de outros). Nesse contexto, a fuga às restrições socialmente estabelecidas passa a ser o objetivo da política econômica.

Para tanto, tentar-se-á mostrar a evolução da teoria econômica até a predominância do keynesianismo, em que a racionalidade instrumental (orientação da razão para a busca de instrumentos de intervenção na realidade, sem uma preocupação quanto aos aspectos que a transcendam) engendrará mecanismos capazes de contrapor, via gerenciamento macroeconômico, o mercado real (em que se delimita o conflito entre o capital e o trabalho) ao mercado monetário (que visa a gerir as diversas formas de moeda na economia).

2. Crescimento, mercado monetário e mercado real: evolução do pensamento econômico

A promessa do crescimento apresenta-se como a ideologia necessária para a manutenção do funcionamento de uma economia capitalista moderna. No período pré-keynesiano, as flutuações econômicas (ou seja, as variações cíclicas) não tinham nenhuma forma de controle explícita. Enquanto isso, as preocupações teóricas centravam-se na questão do equilíbrio. De fato, todo o arcabouço teórico e analítico prestava-se a compreender o sistema econômico como se fosse um protótipo de um modelo da física (mecânica) clássica. Enquanto neste a força

gravitacional cumpria o papel-chave, na economia o preço de mercado seria o elemento equilibrador. Nessa linha, os exemplos dos primeiros neoclássicos como Jevons, Menger e Marshall são a própria encarnação dessa visão. Porém, o modelo de equilíbrio geral de Walras pode ser encarado como a tipificação mais conclusiva da idéia de equilíbrio e harmonia social de longo prazo do sistema capitalista.

Contudo, nesse mesmo período, as crises de produção e circulação das mercadorias vinham cada vez mais se tornando ameaçadoras para o funcionamento do sistema econômico. As análises de equilíbrio não tinham nada a dizer prescritivamente, a não ser que o livre funcionamento das forças de mercado garantiria, por si mesmo, o retorno de toda economia ao ponto mais eficiente do bem-estar social. Os modelos analíticos existentes mostravam isso e, mais ainda, sendo filho dileto do pensamento positivista, não havia como fugir do bem montado escopo teórico das análises dominantes¹.

Entretanto, a realidade teimava em se sobrepor às análises dos economistas. De fato, pode-se afirmar que o grau de separação entre o real e o pensado em economia tinha chegado a tal ponto que se fazia premente o surgimento de um novo escopo teórico de análise que permitisse ao sistema de produção capitalista seguir em frente, mantendo essencialmente intocadas as relações de produção baseadas nas categorias salário e lucro.

O exemplo histórico, até a década de 1930, tinha mostrado como todas as crises econômicas refletiam-se fundamentalmente na ampliação do desemprego em massa, com o consequente agravamento das tensões sociais (Ver HUNT, [1989], p. 428 -). Por outro lado, nos períodos de “boom”, seria também a partir do mercado de trabalho, com o escasseamento da força de trabalho, que o sistema econômico daria os primeiros sinais de esgotamento. O crescimento, deixado às livres forças de mercado, engendraria constantemente mecanismos que levariam ao freio da acumulação.

Colocado o problema dessa forma, torna-se claro que havia no sistema capitalista uma tendência inerente ao desequilíbrio e às crises cíclicas.

No capitalismo clássico (tradicional), o mercado de trabalho² seria o que guardaria o segredo de polichinelo da economia capitalista, já que lá se encontraria aquela mercadoria especial que tinha a capacidade intrínseca de determinar a taxa de lucro: o trabalho assalariado. O lucro, portanto, não seria dado por nenhum elemento exógeno ou sobrenatural, mas pela capacidade dos capitalistas de conseguirem desenvolver um processo de apropriação do excedente³ que viabilizasse a manutenção da taxa de acumulação.

Porém, aqui podemos falar de uma verdadeira dialética do crescimento⁴, já que tal crescimento apresentar-se-ia como elemento-chave do funcionamento de todo o sistema, mas, ao operarem os seus mecanismos propulsores, engendravam-se os seus próprios limites. Tudo isso, devido às tensões crescentes no mercado real. De fato, toda a economia, até o surgimento do pensamento keynesiano, estava dominada pela impossibilidade de desenvolver mecanismos que pudessem funcionar como contraponto (ou seja, mecanismos compensadores) aos limites de expansão do mercado real, dado o objetivo de maximização do lucro.

A questão-chave era como crescer e, simultaneamente, acomodar as tensões que porventura pudessem vir a se desenvolver na relação capital/trabalho, isto é, como manter, do ponto de vista macroeconômico, o bom funcionamento da estrutura capitalista de acumulação. Claro estava que a ortodoxia, com sua análise microeconômica e de equilíbrio, mostrava-se incapaz de responder àquela questão crucial, que atingia a esfera do funcionamento global de sociedade.

É importante colocar desde já que o funcionamento do modo de produção capitalista traz, em si, a necessidade de uma constante fuga às restrições (como definida an-

teriormente), isto é, uma espécie de neurose obsessiva freudiana em nível social caracterizada pela compulsão para o crescimento⁵.

Contudo, até a década de 1930, o crescimento apresentava-se como uma síntese, em última instância, perigosa (por não acomodar as tensões do mercado real no longo prazo) e frustrante (por desembocar inexoravelmente numa crise recessiva). A fuga às restrições não conseguia exercer toda a sua funcionalidade para o modo de produção capitalista.

É importante destacar que esse processo de fuga às restrições necessita de duas pré-condições essenciais: a existência de mecanismos (instrumental) propulsores do crescimento e a não existência de um conflito distributivo aberto. De fato, as duas seriam interdependentes e de interação mútua, constituindo-se no pólo positivo (instrumentos) e no pólo negativo (não conflito) de um mesmo processo. Aqui, podemos perceber que os dilemas enfrentados pelo capitalismo tradicional (não-intervencionista) estavam intimamente ligados à inexistência de instrumentos (monetários e fiscais), tanto analíticos como práticos (um decorre do outro), capazes de propiciar uma trajetória de crescimento estável.

Mais do que isso, o processo de fuga às restrições tornava-se cada vez mais inviabilizado devido à impossibilidade de se gerir adequadamente o mercado real. Em outras palavras, não havia nada que pudesse vir a funcionar como contraponto aos mecanismos que operavam no mercado real durante o crescimento, isto é, não existiam mecanismos amortecedores que impedissem que a dialética do crescimento levasse à supressão de todo o processo de acumulação. Não obstante, o processo de crescimento econômico tinha que ser de tal forma que não se transformasse “numa luta aberta de todos contra todos”.

A teoria econômica tradicional, com a sua visão de ciência e de sociedade arraigada no século XIX, não poderia trazer um

novo aporte para a solução dessa problemática (evitada que estava da sua pretensão universalizante, dedutivista e pouco instrumental). A teoria keynesiana surgiria, assim, como um “novo” arcabouço teórico capaz de criar instrumentos possíveis de deslocar o problema da dialética do crescimento e do conflito no mercado real.

O keynesianismo é uma teoria do capitalismo evoluído e que opera a mutação desse mesmo capitalismo dotando-o de armas para seguir em frente, sem romper com a base da organização social. Keynes concebeu “uma teoria com base no mundo econômico existente sob seus olhos, a fim de melhorá-lo e conservar o que nele ainda existe de válido e estimável. Eis aí o motivo pelo qual sua teoria não é neutra, estando, ao contrário, impregnada de incontestável finalismo” (BARRÉRE, 1961, p. 30).

Porém, a fim de empreender o salto qualitativo requerido pelo capitalismo de então, fazia-se necessário questionar alguns pressupostos essenciais da escola clássica de pensamento. Entretanto, é importante perceber que a crítica desses pressupostos era essencial para que se pudesse dotar a economia de instrumentos que “resolvessem” o dilema (crescer e gerar a crise, não crescer e gerar a crise) em que se encontrava a possibilidade de crescimento. O maior problema era a rigidez do mercado real e seus efeitos nefastos sobre a acumulação capitalista no longo prazo.

A construção teórica do pensamento keynesiano teve como efeito o desenvolvimento de mecanismos capazes de operar com variáveis nominais do sistema econômico, desenvolvendo assim uma luta fundamental contra o ciclo.

Antes de mostrar de que forma e onde se deu a grande inovação keynesiana que permitiu deslocar do lado real a barreira de expansão da economia, cabe uma pequena digressão sobre o ponto de vista clássico e marxista do sistema econômico. Do ponto de vista clássico, a economia sempre se apresentava como uma economia instantanea-

mente equilibrada e no pleno emprego. Tal conclusão derivava de duas premissas fundamentais, quais sejam: a chamada Lei de Say e a idéia da moeda véu. A Lei de Say supunha que toda a oferta criaria sua própria demanda, já que, com o valor de uma mercadoria gerando concomitantemente renda correspondente, não poderia ocorrer superprodução generalizada. Assim, as crises gerais estavam afastadas. Paralelamente, a moeda era vista como um simples lubrificante das engrenagens no sistema econômico, e que, portanto, não se demandaria moeda por si própria, mas somente como um intermediário na realização das trocas.

Ricardo expressou muito bem essa visão quando afirmara que “os produtos sempre são comprados com outros produtos ou com serviços. O dinheiro é apenas o meio pelo qual se efetua a troca” (1983, p. 198). Say, que dera nome ao princípio dos mercados, fora taxativo ao afirmar que “certos produtos se encontram em grande abundância porque outros vieram a faltar” (1983, p. 140). Desse modo, estava afastado o perigo de vazamentos no sistema econômico que prejudicasse o sistema como um todo. A chamada revolução marginalista de 1870, com a ascensão da escola neoclássica, livrou-se de tudo o que era considerado “metafísica” na teoria dos clássicos (como teoria do valor trabalho)⁶, mas manteve a essencialidade dos dois pressupostos acima citados (sobre os mercados e a moeda), que, por sinal, davam coerência a sua visão de equilíbrio e harmonia social.

Marx iniciou a sua obra a partir de uma perspectiva diametralmente oposta e já nos primeiros capítulos de “O Capital” esforçava-se por demonstrar a ingenuidade dos clássicos no que tange ao funcionamento de uma economia com a especificidade do capitalismo “em que o lucro como riqueza abstrata materializada é o objetivo, e não a troca”. Na análise do que ele chamou de “Robinsonada”, mostrou que a descrição clássica correspondia a uma economia pré-capitalista de troca simples, em que o circuito

produtivo seria M-D-M', ou seja, um indivíduo possuindo uma mercadoria trocária por dinheiro visando a adquirir uma outra mercadoria qualitativamente diferenciada, a fim de suprir suas necessidades.

Por outro lado, a dinâmica capitalista de produção seria inteiramente inversa e apresentaria um circuito da forma D-M-D', isto é, o capitalista, possuindo uma determinada quantia de riqueza no início do processo, contrataria uma mão-de-obra e compraria matéria-prima (as máquinas já estariam disponíveis). Mediante o processo produtivo, obter-se-ia uma mercadoria (*output*) qualitativamente diferenciada dos insumos. E com um valor superior à soma da remuneração dos componentes utilizados como insumos (devido à característica intrínseca da força de trabalho de “vender” a sua capacidade de trabalho em troca do seu valor de produção e reprodução). Essa economia, definida como monetária desde o princípio, é que traz a possibilidade da crise do sistema como um todo.

Porém, a idéia clássica de Lei de Say e de moeda como um véu, com a economia trabalhando em pleno emprego junto com mecanismos autocorretivos, inviabilizava uma postura ativa de governo sobre o funcionamento do sistema econômico a fim de evitar o choque com a rigidez do mercado real (já que toda a lógica remetia ao funcionamento automático do mercado). Por isso a visão da depressão como necessária para a busca do equilíbrio de um sistema econômico que se tinha entregado à “orgia” de um crescimento desordenado (SCHUMPETER, 1983).

As variáveis-chave eram essencialmente reais, a moeda como simples lubrificante não propiciava possibilidades de que se pudesse gerir os conflitos que porventura surgissem no sistema econômico. Não fazia parte do escopo da ciência econômica, muito menos da filosofia que a sustentava, a idéia de que se pudesse atuar sobre variáveis reais visando a alterar a lógica do sistema. Portanto, podemos constatar que os pressupostos clássicos impunham uma bar-

reira à superação da dialética do crescimento e dos limites da fuga às restrições.

Por outro lado, a visão de Marx, embora crítica dos pressupostos clássicos de análise econômica, encontrava-se impossibilitada de romper com as dificuldades derivadas dos limites ao crescimento. Logicamente, as premissas filosóficas e políticas sobre as quais se assentava o seu pensamento eram diametralmente opostas a qualquer forma de conciliação parcial que pudesse dar sobrevida ao sistema capitalista. A dialética do crescimento deveria ser levada até as suas últimas conseqüências de forma que as forças produtivas pudessem continuar a se desenvolver, porém, agora, sob relações sociais de produção qualitativamente diferenciadas (IANNI, 1988, p. 83) da forma conceitual salário/lucro (ou seja, da oposição capital/trabalho).

Dentro desse ponto de vista, não havia, para a teoria marxista, num horizonte histórico mais amplo, a possibilidade de que o sistema pudesse desenvolver uma fuga às restrições e ainda continuar a manter as suas características capitalistas. A dialética do crescimento conduziria inexoravelmente à revolução, com suas inevitáveis conseqüências sobre o sistema econômico e o processo social como um todo.

O elemento renovador da teoria keynesiana foi a percepção da economia capitalista como essencialmente diferente de uma economia da troca simples, mas com uma perspectiva completamente antagônica à visão de Marx. A abordagem de Keynes visava a romper a lógica da dialética do crescimento com a operacionalização de instrumentos que possibilitassem a gestão do mercado real, sem que tornasse necessária a ruptura definitiva com o *status quo*. Mas, para tanto, a intervenção não podia ser sobre o mercado real diretamente (essa era a proposta do fascismo), senão a partir de algum outro elemento que se contrapusesse (permitisse o gerenciamento) àquele.

Nesse sentido, Keynes havia concluído (mesmo antes da Teoria Geral) que “uma

economia monetária se comportava de maneira fundamentalmente diferente de uma economia de troca ou de uma economia neutra de dinheiro, em que este é apenas um elo neutro, transitório, na cadeia de transação” (MOOGRIDE, 1981, p. 9). Sendo a economia capitalista o protótipo das ditas economias monetárias, sua análise deveria subverter os pressupostos clássicos.

De fato, para Keynes, ocorria que “a presença do dinheiro na economia era de crucial importância, pois influiría no comportamento dos preços relativos, especialmente dos salários e taxas de juros, nas condições de desequilíbrio e, portanto, afetava o lugar de descanso do equilíbrio final da economia” (MOOGRIDE, 1981, p. 9). Ora, claro fica que, ao se falar de preços relativos dos salários e dos juros, começava-se a estabelecer a forma de conexão com o mercado real, sem que se aja diretamente sobre as variáveis reais. A economia passava a ser desde o princípio tomada monetariamente. Logo, o que se tinha a fazer era compreender como operariam os mecanismos de fixação monetária da renda, a fim de que se buscasse, dentro de uma trajetória de crescimento, viabilizar a acomodação dos diversos segmentos sociais.

Portanto, “a teoria monetária se converte em uma parte essencial da teoria econômica em geral mercê da sua relação com a teoria dos juros, e a política monetária se faz parte vital da teoria econômica geral” (PILLARD, 1989, p. 150). Começa-se a perceber que, em contraponto ao mercado real em que se defrontam capitalistas e trabalhadores, desenvolve-se um conjunto de relações monetárias características, mas, acima de tudo, de amplas possibilidades de operacionalização instrumental sobre a realidade. A Economia iniciava um processo de ruptura radical com o sentimento incapacitante derivado do pensamento clássico, estava agora em busca de um novo aporte que lhe garantisse o desenvolvimento de uma racionalidade instrumental (nos moldes destacados anteriormente). Ou seja, de um

processo racional que lhe permitisse gerar mecanismos capazes de influenciar a trajetória real da economia, contudo sem macular a estrutura capitalista de produção e, acima de tudo, mantendo seu “*status*” de ciência.

A oposição trabalho/capital, essência da definição de capitalismo, que se apresentava tão problemática do ponto de vista das relações sociais, trazendo consigo o conflito, o distúrbio e a tensão constante do processo de acumulação, poderia agora ser mantida sob controle por instrumentos de gestão monetária. O mercado monetário passa, então, a ser o contraponto do mercado real, mais do que isso, passa a ser um complemento necessário para o deslocamento dos limites de crescimento (tentando-se gerir o próprio ciclo). O que antes era luta clara, com interesses definidos, passa a ser sombra e confusão. É como se a teoria da relatividade de Einstein passasse a vigorar para a economia, e como axioma primeiro (e único) dessa “nova” ciência se tivesse a máxima: “tudo é relativo”. Mas como a teoria Einsteiniana havia uma constante para permitir que o modelo fechasse (velocidade da luz), na economia também teríamos essa constante que é o trabalho, o qual, na maré de valores monetários, tenderá a perder a capacidade de gerir o seu próprio posicionamento dentro do sistema capitalista.

Na análise do mercado monetário, podemos parafrasear Marx nas suas considerações sobre a questão da mercadoria, já que “os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens” (1983, p. 71). Eis a melhor constatação sobre os caminhos que tomariam a “nova” dicotomia (mercado real e mercado monetário), sendo que a moeda, que era “um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos de trabalho são, de fato, igualados entre si e, portanto, convertidos em mercadoria” (p. 81), adquiriria um caráter volátil intrínseco, e, além do mais,

tornando-se o instrumento, por excelência, da gestão dos conflitos distributivos.

Como já havia destacado o professor Lauro Campos (1980, p. 156), foi “a consideração de todos os agregados, talvez com exceção da ocupação, em suas expressões monetárias que Keynes tornou menos aparentes determinadas conseqüências e implicações de suas proposições”. A transposição do conflito distributivo de sua forma nua e crua, assim como a possibilidade de superar o próprio impasse causado pela dialética do crescimento, estão na raiz de todas as proposições de Keynes. Contudo, esse “passe de mágica” não poderia vir a ser dado no vazio. Algo deveria estar acontecendo com esse capitalismo mutante, e isto era o surgimento de instrumentos de intervenção na realidade embasados em novas proposições conceituais (principalmente no que diz respeito à questão dos juros).

É fundamental compreender que Keynes escreveu durante a última grande crise deflacionista da economia capitalista mundial (das quais foi o coveiro). Portanto, é perfeitamente cabível a sua ênfase nos mecanismos de recuperação dos níveis de emprego. Contudo, não podemos esquecer que, como seus discípulos nos demonstraram na prática, é da gestão da dicotomia mercado real *versus* mercado monetário que vai-se erguer o edifício do crescimento e empurrar novamente o capitalismo em direção ao seu processo de constante fuga às restrições.

A ideologia do crescimento apresentava-se, então, como corolário “natural” da idéia keynesiana de que se havia dominado o ciclo econômico e que os empecilhos ao crescimento estavam temporariamente superados. A economia tornara-se uma ciência evoluída instrumentalmente, logo capaz de operar na realidade a partir de mecanismos tecnicamente eficientes e politicamente neutros. A fé keynesiana afirmara claramente que “a procura efetiva de consumo ou de investimento, ou de ambas as coisas, pode ajustar-se de modo que a procura agrega-

da iguale o nível requerido para o pleno emprego sem inflação”(DILLARD, 1981, p. 234).

No pós-guerra (décadas de 1950 e 1960), o otimismo quanto ao crescimento ilimitado baseado na gestão coerente (e tecnicamente capaz) do sistema econômico tendia a sufocar qualquer tentativa de se questionar os dogmas propostos. O keynesianismo produtivista (com fé total no crescimento do produto bruto) estava em alta. Como já destaquei, a fuga às restrições necessita de dois elementos constituintes essenciais: a existência de mecanismos e a não existência de um conflito aberto. O keynesianismo gerou mecanismos e endogenizou⁷ o conflito distributivo baseado na promessa da trajetória de crescimento ilimitada.

Cabe agora analisar como, via mecanismo dos juros, o mercado monetário opera na superação da dialética do crescimento. Rompendo com a tradição clássica de análise da economia real, perdia-se o poder de argumentação que explicava o juro como a remuneração da abstinência. De fato, os juros passariam a ser “o preço mediante o qual o desejo de manter a riqueza em forma líquida se concilia com a quantidade de moeda disponível”(KEYNES, 1983, p. 122). Ou, dito de outra forma, a taxa de juros seria “a recompensa de renúncia à liquidez, é uma relutância dos que possuem dinheiro em alienar o seu direito de dispor o mesmo” (p. 122). Assim, dentro do mecanismo tradicional de equilíbrio a partir de um determinado nível de renda, o juro elevado representaria um impasse já que desestimularia a realização do investimento, o que prejudicaria o nível de renda (a partir do multiplicador keynesiano) e conseqüentemente o nível de produção e de emprego.

Entretanto, o que faria com que os detentores de moeda preferissem guardá-la sob a forma líquida em vez de dar a ela outra destinação? Antes de tudo, deve-se compreender que a moeda não é, em hipótese alguma, neutra. De fato, ela nasce de um emaranhado complexo de relações sociais centradas

numa estrutura capitalista de produção. Assim como Marx havia destacado que o capital não é uma máquina, mas uma relação social de produção, a moeda (dentro do capitalismo) não é um *quantum* de ouro (do outro produto qualquer), mas a possibilidade de se controlar um processo produtivo (direta ou indiretamente) visando-se a aumentar a quantidade de riqueza abstrata materializada. Isto é, o que move o sistema é a necessidade obsessiva e frenética de efetuar constantemente a reprodução ampliada do capital, a fim de se buscar o aumento da riqueza em geral. Essa riqueza em geral é capital em potencial. Porém, assim como uma máquina parada não se exercita como capital, riqueza esterilizada também não cumpre a sua função precípua.

Então, a lógica estaria em forçar a entrada em circulação produtiva daquela riqueza esterilizada. Transformar energia potencial em energia cinética, ou seja, capital em potencial em capital em movimento, que se valoriza e reproduz o sistema como um todo. “O juro é o preço que se deve pagar a um detentor de moeda, para que este concorde em abandonar o uso da mesma”(KEYNES, 1983, p. 122). Porém o que Keynes toma como um dado e não explícita é como aquela quantidade de riqueza abstrata se concentrou em um pólo inerte e por que os elementos constitutivos desse pólo não buscariam romper com essa inércia. Para tanto, Keynes recorre a um psicologismo de última instância ao afirmar que “talvez fosse mais exato dizer que a taxa de juros seja um fenômeno altamente convencional do que basicamente psicológico, pois o seu valor observado depende sobremaneira do valor futuro que se lhe prevê”(p. 144).

Portanto, como num lance de ficção que lembra as histórias do Barão de Munchhausen, Keynes tenta erguer-se puxando seus próprios cabelos, e silenciando exatamente no coração da problemática.

Devemos compreender que a análise apurada desse ponto feriria de morte a *praxis* keynesiana. É precisamente nesse ponto

que encontramos o gerenciamento da dicotomia mercado real/mercado monetário. O que travaria o processo acumulativo é a dialética do crescimento. O juro elevado, mantendo o arcabouço keynesiano, seria a resistência dos indivíduos de retornarem ao processo de acumulação enquanto as condições de reprodução não fossem viabilizadas. Na visão clássica, o mercado de trabalho desembocaria em constante tensão sem formas compensatórias. A partir de Keynes, o mercado monetário indicava essas tensões, caberia somente “administrar” corretamente para seguir na fuga às restrições.

Entretanto, o mercado monetário ficaria rígido (as taxas não cairiam) enquanto as condições de acumulação não fossem viabilizadas, isto é, enquanto o mercado real não conseguisse ser “pacificado”, impossibilitando o estabelecimento de uma trajetória de crescimento com um dado padrão distributivo, aceito pelos participantes do processo social. Quando a estrutura capitalista não apresenta o caminho a seguir, quando as tensões desenvolvem-se de forma crescente, quando a acumulação não pode prosseguir a uma taxa “segura”, o capital assume a sua forma de negação (do ponto de vista produtivo) e cristaliza-se na forma líquida. Se, por outro lado, o mercado real apresenta-se desobstruído, o caminho a seguir é desobstruir o mercado monetário (então, as taxas caem) visando a retomar o processo de investimento (aumentando o emprego e a produção).

A grande depressão de 1929 tinha “resolvido” a questão pelo lado do mercado real. A forma de interpretação keynesiana fornecia o arcabouço necessário para compreender o que se passava e propor saídas para o impasse. Porém, por se tratar de uma ruptura com toda a visão tradicional de compreensão do processo social capitalista, houve resistências. Keynes pôde perceber que a gravidade da crise era de tal ordem que a confiança dos capitalistas tinha que ser restabelecida com mecanismos mais eficazes.

Após isso, ele pôde propor que “não havia como pensar que uma política monetária de mercado aberto possa atingir, sozinha, este resultado”(1983, p. 184). A economia de guerra faria o papel de convencer as mentes mais reticentes da necessidade de operar qualitativamente diferente sobre a economia nesse novo estágio da economia capitalista.

Em verdade, podemos observar que o finalismo pragmático⁸ que norteava a obra de Keynes é o que possibilitou o salto qualitativo em direção ao gerenciamento da dicotomia mercado monetário/mercado real como forma de “administrar” os impasses da economia capitalista. O mercado monetário tinha que se desenvolver, diversificar e “complexificar” de maneira que pudesse refletir a fuga às restrições com a superação dos impasses do mercado real.

É importante destacar que a própria criação da estrutura conceitual keynesiana viabilizava esse tipo de empreitada na medida em que, ao se desvincular da questão do lado real (trabalhando com variáveis nominais), não existia nenhuma âncora que restringisse a utilização dos instrumentos *ad nauseam*. O finalismo era pragmático e não quanto aos valores. Assim, o dístico “o que é útil não é verdadeiro, e o que é verdadeiro não é útil”(SZMRECSÁNYI, 1984) pode servir como divisa de todo o seu pensamento. Todo o esquema político keynesiano é caracterizado por esse “salto mortal” em que a utilização dos chamados agregados macroeconômicos deve ser vista como uma maneira de se dar a fuga às restrições sem nenhuma preocupação mais coerente e profunda com o processo social. O próprio conceito de demanda agregada é, em si, despedido de qualquer finalismo social além do crescimento, por isso se justificaria, até mesmo, enterrar e desenterrar garrafa.

A idéia de que os instrumentos deveriam ser maximizados, buscando adiar as tensões que pudessem surgir na rentabilidade do capital (taxa de lucro), permeia a idéia de política monetária e, conseqüentemente,

de mercado monetário. “A política monetária keynesiana é simples: já que o investimento se desenvolve enquanto a eficácia marginal do capital permanece superior à taxa de juros, é preciso esforçar-se para elevar a primeira e baixar a segunda. Assim, as perspectivas de lucro serão maiores e o montante, no qual as duas variáveis se juntarão ao mesmo nível, será mais distante no tempo”(BARRÉRE, 1961, p. 287). É clara a tentativa de se reduzir a uma relação instrumental, que se daria pelo embate entre variáveis, o que, em última instância, não passa de um verdadeiro conflito distributivo no sistema econômico. A proposta tão simples, enunciada na citação anterior, denota a pacificação do mercado real como condição *sine qua non* para a continuação do investimento.

Esse ideal keynesiano de controle perfeito do sistema econômico atuando sobre variáveis nominais (mercado monetário), visando ao controle sobre a rentabilidade do capital (portanto, do mercado real), pode ser expresso pela visão de que, “se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios (de produção) e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete”(SZMRECSÁNYI, 1984, p. 256). Parece, nesse momento, que Keynes tinha plena confiança nos mecanismos que estava engendrando.

Ao buscar reintroduzir a moeda no fluxo da produção e do emprego (DILLARD, 1989, p. 149), que se tinha realmente como meta era a possibilidade de “controlar” instrumentalmente os rumos da economia. Mas, o controle do mercado real via instrumentos monetários é simplesmente a forma pela qual se tenta endogenizar o conflito distributivo de forma a estabelecer um padrão internalizado por todos os agentes dentro de uma trajetória de crescimento. Por isso, “a baixa da taxa (de juros) só será durável se a autoridade monetária chegar a persuadir o público de que essa taxa será mantida” (BARRÉRE, 1961, p. 288). Contudo, para

a baixa ser persistente e “convencer o público”, é necessário mais uma vez perceber que o mercado real deve estar “resolvido”. Pois, caso contrário, a dialética do crescimento volta a operar e a riqueza geral (abstrata) fugirá do progresso produtivo.

Não se pode esquecer que riqueza capitalista é poder acumulado e, portanto, somente mobilizável para a produção se for possível a obtenção de uma rentabilidade condizente com a estrutura do capital. “O primeiro objetivo da política monetária será o de persuadir o público da sua continuidade e seu êxito, e tal missão pode falhar” (BARRÉRE, 1961, p. 288). Não há como isolar, destarte, o fato de que o uso dos instrumentos traz uma possibilidade aberta à economia capitalista. Contudo, a efetivação ou não dessa possibilidade dependerá das condições iniciais do sistema econômico, bem como do estabelecimento claro da trajetória de crescimento. A evolução das políticas keynesianas demonstrará os limites de tal abordagem.

Todavia, é importante destacar que a pré-condição da formulação das políticas públicas desde Keynes tem sido a busca da administração dos instrumentos adequados à obtenção do pleno emprego (crescimento contínuo) tentando utilizar agregados macroeconômicos (com expressão em níveis monetários). A taxa de lucro é a força motriz, e a continuação da acumulação sem os “perigos” que porventura pudessem advir do mercado real é a meta do keynesianismo. “Investir é trocar moeda por meios de produção. Quando esta política promete mais lucro do que se poderia obter pelo empréstimo de moeda, há uma indução a investir” (SHACKLE, 1991, p. 145).

É importante ressaltar que a quase totalidade dos autores keynesianos não consegue desenvolver uma percepção da realidade social. O que, conseqüentemente, impede que eles desenvolvam a conexão fundamental entre mercado real e mercado monetário. Portanto, acabam desenvolvendo toda a forma de fetichismo quanto à ocorrência

das crises. “Assim, a possibilidade de um desemprego geral maciço surge da influência de uma instituição humana, a da moeda, sobre a natureza essencial da existência humana, no percurso infinito do ser humano no vazio do tempo” (SHACKLE, 1991, p. 145). A moeda aparece, desse modo, como o grande vilão, mas em posição diferente da interpretação clássica. Agora, ela está no modelo (no clássico era um simples véu dado exogenamente), tenta-se incorporar conjuntamente uma visão de incerteza que remete à moeda “encarada como um vínculo entre o presente e o futuro e sua teoria monetária dos juros” (KURIHARA, 1961, p. 100). Mais uma vez, pode-se constatar a inexistência de qualquer ponte que uma mercado monetário e mercado real, o que fatalmente conduz a análise econômica a uma visão fetichista e autônoma quanto ao processo social.

3. Conclusão

Portanto, a política keynesiana passa a ser o elo que tenta unificar os diversos conflitos que possam surgir em uma sociedade em crescimento. Ao compreender a economia capitalista como eminentemente monetária, pode desenvolver mecanismos capazes de gerir diferenciadamente tais conflitos (os quais, de outro modo, estourariam no mercado real). O conflito assume a forma fenomênica de expansão dos níveis de preço, com a moeda passando de uma simples causa (dada exogenamente) à expressão do gerenciamento de uma situação conflituosa na partição do produto.

Administrar as variáveis monetárias, gerir o processo inflacionário, esse passaria a ser o fim último das políticas keynesianas (tanto fiscais como monetárias), contando para isso com gerenciamento da dicotomia mercado real/mercado monetário. Quando o mercado real estivesse rígido, o mercado monetário forçaria a flexibilização a fim de garantir a continuação da acumulação. A dialética estava rompida, o crescimento não

viria somente do mercado real, mas também da administração monetária funcional da economia.

O salto para a economia monetária, sem conceito e sem valores de nenhuma natureza, constitui-se no salto mortal da economia keynesiana para tentar viabilizar a economia capitalista. Manter o mercado monetário flexível⁹ por todos os mecanismos possíveis passa a ser o instrumento desse fim.

Além do mais, é fundamental para o debate econômico atual o resgate do conceito de taxa de juros defendido por Keynes, a fim de que se possa compreender também os limites que existem para a redução da referida taxa em uma economia capitalista, portanto de seu próprio crescimento econômico.

Notas

¹A distinção economia positiva *versus* economia normativa, já realizada por Stuart Mill, garantia que a chamada economia positiva tratava do que é; a economia normativa, por sua vez, do que deveria ser.

² Optarei daqui por diante, para fins de compatibilização com as análises posteriores, chamar de mercado real, trazendo a idéia de que é nele que se desenvolvem as relações reais entre os dois pólos do processo produtivo, trabalhador e capital, que tenderá a se contrapor ao mercado monetário.

³ Não entraria nenhum conceito ético na visão marxista de explicação, mas a pura análise econômica.

⁴ Tal conceito deve ser compreendido à luz da interpretação da Escola de Frankfurt (ver ADORNO, 1997). A idéia de dialética do crescimento seria de que o processo de crescimento econômico traria consigo forças endógenas que anulariam não só a dinâmica como a sua positividade.

⁵ Marx havia colocado essa visão como inerente ao ponto de vista do capitalismo: “acumulai, acumulai...”. Sobre o conceito de neurose obsessiva, ver Rogério Amorett (1989, p. 55).

⁶ Com o desenvolvimento da postura objetivante do positivismo, tudo o que buscava ir além do imediatamente dado acabava sendo relacionado com idéias metafísicas. Para tanto, ver “Economia como ciência”, Eleutério Prado, IPE -USP, 1991.

⁷ No sentido de manter dentro dos marcos da base conceitual – prática modificada.

⁸ Relacionado ao conceito de razão instrumental que não questiona o processo econômico dentro da esfera social como um todo.

⁹ Incluindo, no mercado monetário, a gestão da moeda de forma ampla.

Bibliografia

ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

AMORETT, Rogério (Org.). *Freud: pensamento e ação*. Brasília: UnB, 1989.

BARRÉRE, A. *Teoria econômica e impulso keynesiano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

CAMPOS, L. *A crise da ideologia keynesiana*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

DILLARD, D. *A teoria econômica de John Mynard Keynes*. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

FIORI, J. L. *Reforma ou sucata: o dilema estratégico do setor público brasileiro*. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1991.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, [1989].

IANNI, Octávio (Org.). *Karl Marx*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1988. (Grandes Cientistas Sociais).

KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Muctec, 1987.

KEYNES, J. M. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação*. São Paulo: Abril, 1983. (Os Economistas)

KURIHARA, K. K. *Introdução à dinâmica keynesiana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

MANDEL, E. (Org.). *Marxian economics*. London: Macmillan, 1990.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Abril, 1983. v. 1.

MOOGRIDGE, D. E. *As idéias de Keynes*. São Paulo: Cultrix, 1981.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1983. (Os Economistas).

SAY, J.B. *Tratado de economia política*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1983. (Os Economistas).

SCHUMPETER, Joseph A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1983.

SHACKLE, G. L. S. *Origens da economia contemporânea*. São Paulo: Muctec, 1991.

SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *Keynes*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.